

Terra de todos, terra de alguns

- Como as terras mais férteis de Moçambique estão a deixar de ser exploradas por moçambicanos

Por Sofia Rodrigues e Boaventura Monjane* • Diogo Cardoso e Emma Lesuis (Fotos)*

Até há pouco tempo, Maria tinha a certeza de que a terra onde nasceu, a terra que lhe calejou as mãos durante uma vida, seria a mesma onde iria morrer. A única riqueza que deixaria aos seus filhos, a mais preciosa de todas. Ser camponesa é uma profissão que não escolheu, mas que, aos 63 anos, descreve como a mais bela de todas. Maria não se chama assim, mas não quer revelar o verdadeiro nome. Tem medo. “Tenho medo por causa das ameaças. Queremos falar daquilo que sentimos, queremos ralar com o Governo de Moçambique, estamos contra tudo o que está a acontecer. Mas, se o fazemos, sofremos represálias. Se o Governo quer acabar com a fome, como diz, tem de parar as grandes empresas de investimento agrícola que nos estão a roubar terra.”

As ameaças de que Maria fala começaram em 2008, quando a crise de alimentos levou muitas empresas de agricultura, silvicultura e pecuária de larga escala a deslocarem-se para países africanos, asiáticos e latino-americanos à procura de terras produtivas e de mão-de-obra barata. Na última década, mais de 70% das aquisições de terras agrícolas de grande escala foram feitas na África Subariana. A corrida ao Corredor de Nacala, umas das áreas mais férteis e povoadas de Moçambique, foi uma das mais vorazes. Pelo menos 38 empresas instalaram-se na região e receberam do Estado moçambicano o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) de 1,4 milhões de hectares, de acordo com os dados recolhidos pela Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) Grain em 2016. O Governo de Moçambique apoia-as e defende que estes investimentos ajudam a criar postos de trabalho, a acabar com a fome e a melhorar a nutrição no país, onde um terço da população sofre de insegurança alimentar, ou seja, tem dificuldade em aceder a alimentos. Mas continuam a ser os camponeses, que representam 80% da população, os responsáveis pela produção da quase totalidade (90%) dos alimentos consumidos no país. Também com a bandeira de melhorar a nutrição na África Subariana, os países do G8 (grupo dos oito países mais ricos do mundo que passou a denominar-se G7 depois da saída da Rússia em 2014) promoveram parcerias público-privadas entre muitos Estados Africanos e multinacionais do sector agrícola. O programa chama-se Nova Aliança para a Segurança Alimentar e

Nutricional em África (NASAN) e foi selado em 2012. O relatório de avaliação, escrito em Maio de 2016 pela redactora independente da União Europeia Maria Heubusch, põe em causa as boas intenções desta iniciativa e considera-a uma “ameaça” aos camponeses: “As políticas acordadas nos países de acolhimento visam criar um ambiente favorável às empresas” e arriscam-se a “facilitar as expropriações, marginalizar ainda mais os pequenos produtores e as mulheres, apoiando, simultaneamente, práticas agrícolas não sustentáveis”.

“Porque é que a quem vem de fora pagam um salário alto e a nós nos dão o valor mínimo? Se trazem as máquinas para produzir, porque é que não nos ensinam a usá-las e as deixam aqui para nós? Como não nos calamos, dizem que somos contra o desenvolvimento, mas que tipo de desenvolvimento é este? Estamos é contra a escravatura que nos fazem. Os negros não são pessoas? São pessoas!”, reivindica Maria.

Jogo de Forças

“Nós, os pobres.” É assim que Francisco Chicompa apresenta as famílias camponesas que vivem em Napai II, uma aldeia no distrito de Mecuburi, província de Nampula, no Norte de Moçambique. O rótulo pegou-se-lhes que nem lapa: pobres lhe chamam, pobres se vêem. Ainda assim, com 60 anos, Francisco nunca pensou ser outra coisa que não camponês. Uma vida difícil que o ensinou a resistir aos caprichos da natureza e à incerteza das sementeiras. Uma vida difícil que lhe vergou o corpo já franzino. Da terra trazia a comida para ele, a mulher e os 11 filhos. Da terra trazia o dinheiro para comprar roupa e mandar as crianças à escola. Aos sete hectares que os pais lhe deixaram, somou mais três que desmatou com as próprias mãos. Era tudo o que tinha e hoje sabe que era tanto. O desaire começou num dia perdido no ano de 2011. Soprado pelos ventos do progresso, o projecto de plantação de árvores de eucalipto onde estarão também presentes os representantes dos Governo local e da empresa Green Resources) apresentou-se aos camponeses de Napai II como a solução dos seus problemas: “Viemos acabar com a vossa pobreza”. As promessas eram muitas: construção de uma escola, de um centro de saúde, duas fontes de água, emprego permanente... Em troca, os camponeses teriam de ceder a única coisa que lhes garantia o sustento: as suas terras. Seis anos depois, a produção e ren-



dimento agrícolas diminuíram, as compensações e indemnizações não foram pagas como acordado, o emprego continua a ser sazonal e precário e as terras onde a comunidade construiu as habitações e produzia alimentos para consumir e comercializar estão agora ocupadas por plantações de eucalipto. “Dizem que há muito espaço disponível, que não existe nenhum motivo para conflito, mas se há muita terra livre porque é que quem exactamente o sítio onde estão os camponeses?”, questiona Vicente Adriano da Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU). Quase sem uma pausa para respirar, dá a resposta: “Porque não querem desbravar mata, querem terra fértil, já cultivada, com água.” Em Napai II, numa manhã de Janeiro de 2017, dezenas de homens e mulheres estão dispersos numa roda à espera que comece a reunião de resolução de conflitos onde estarão também presentes os representantes dos Governo local e da empresa Green Resources. Os camponeses podem até ser o elo mais fraco neste jogo de forças, mas estão unidos, não desistem. A folha de papel manuscrita que Francisco segura entre as mãos é prova disso: “Pedimos aos Serviços de Cadastro para virem delimitar os 30 hectares que nos pediram e nos devolvam 370, porque o que nos fez a Green Resources é uma tristeza inesque-

cível para o povo”, lê-se. A empresa norueguesa Green Resources, a portuguesa Portucel e a emiradense Vale do Rio Lúrio gerem 67% da totalidade de terra cedida pelo Governo de Moçambique a explorações de larga-escala depois de 2008. Sozinhas, ocupam sete vezes mais hectares (961 298) do que as sete empresas moçambicanas que operam na região (119 012 hectares), segundo os números compilados ONGD Grain. Escoltado pela polícia, o entretanto substituído administrador do distrito de Mecuburi, está sentado numa cadeira de plástico - uma espécie de trono improvisado para a reunião. Quando Francisco termina de ler a carta, Hilário Anapacala dá a palavra ao representante da empresa, que garante ter negociado a cedência da terra com a “rainha e toda a sua equipa de liderança”. O engenheiro Anibal dos Anjos repete que o objectivo do projecto reunião é “ficar para sempre” e construir uma fábrica de papel na província de Nampula. Tanto o líder governamental como o representante da empresa se recusaram a falar para esta reportagem. Apartada da roda de pessoas, está uma mulher vestida com uma farda que faz lembrar a da polícia. Ros-tro cerrado, não diz uma palavra. É a líder tradicional de Napai II, a “rainha”, como lhe chamam. Foi ela a representante dos camponeses desde o início das negociações e a

única que parece não estar contra a plantação massiva de eucaliptos. De acordo com a lei, é obrigatória a organização de uma consulta comunitária, mas são muitos os esquemas usados para contornar as regras: “As consultas comunitárias resumem-se a conversas com os líderes tradicionais e as empresas. É obrigatório que esteja presente pelo menos um representante do Governo, mas os administradores, os chefes de posto, que deveriam defender o povo, só pensam na agenda do dinheiro. Para conseguirem o direito a explorar a terra, pedem às pessoas para assinar uma folha sem título e anexam as assinaturas a um documento onde está escrito que a cedência foi autorizada. Se a rainha recebeu cabças de cabrito e uma casa nova, imaginem quanto é que não deram ao administrador do posto...”, denuncia o coordenador de projectos na Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, Anselmo César. “A questão principal é que o Estado não se demitiu das suas funções, o Estado definiu como suas funções servir o capital, servir o desenvolvimento do capital”, acrescenta o economista Carlos Nuno Castel-Branco. “Os impactos negativos são mais do que os positivos”, avalia o estudo sobre “O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique”, proposto por um grupo

de três organizações moçambicanas - Livaningo, Justiça Ambiental e União Nacional Camponeses - e realizado em 2016 pela consultora Lexterra. Os representantes do Governo moçambicano não partilham a mesma análise: “A Constituição da República de Moçambique define a agricultura como base do desenvolvimento económico do país. As terras são ocupadas de acordo com uma dinâmica - demográfica, de produção... São áreas que estão subaproveitadas neste momento. Quase 90% da agricultura nacional é composta por pequenas explorações, temos pouco sector privado. Resta muita área para ser trabalhada”, avalia o Director Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula, Pedro Zucula, numa entrevista no seu gabinete, em Janeiro de 2017. Uma posição que é reforçada pela vice-ministra da Agricultura e Segurança Alimentar: “Não existe nenhum conflito de interesse. (...) É uma novidade para nós que existem camponeses a queixarem-se da presença destas empresas”, diz Luísa Caetano Meque. “Agora estamos no aguenta, aguenta, aguenta. Dantes havia produção, conseguíamos vender e comprar no mercado”. Francisco chama-lhe “aguenta, aguenta, aguenta”, o Governo diz que é o “desenvolvimento”. É como a pobreza, dependente dos olhos de quem a vê. Falta de terra para cultivar e menos

comida, é essa a cara com que o progresso se apresentou aos camponeses de Napai II. “Só pagaram os cajueiros, mas os outros produtos que havia ali dentro da machamba, nada. Na minha terra tinha 90 cajueiros. Por ano, tirava cinco, seis mil meticais”, queixa-se Francisco.

Catarse

Chegamos ao Ruace, em Gurué, na província da Zambézia. Para trás, à esquerda, os campos que noutros tempos alimentavam os moradores da aldeia estão hoje cobertos de soja. É essa a herança visível das “promessas doces” feitas pela empresa de agricultura intensiva Hoyo Hoyo. O frenesim nas ruas anuncia que a missa de Domingo está prestes a começar, só as 44 pessoas reunidas no edifício da antiga escola quebram a normalidade. 10 anos depois, perdido o que havia para perder, o medo de falar desnudou-se. A sua revolta já não tem filtros, querem “descarregar”. As mesmas histórias repetiram-se vezes sem conta, como se tivessem sido passadas a papel químico: “Não éramos ricos, mas tínhamos uma vida boa, podíamos mandar os nossos filhos à escola, construir as nossas casas. Agora perdemos tudo...”

Durante três horas, o que ali se viveu foi uma catarse colectiva. Todos os presentes eram antigos trabalhadores da Urari Kapel, uma empresa pública que começou a produzir milho, feijões, girassóis e soja depois da independência e que acabaria por falir com a intensificação da Guerra Civil. Nessa altura, as pessoas que ficaram desempregadas tomaram conta das terras, tudo com o aval do Governo: “Veio um grupo de extensão rural da província que fez a distribuição das áreas pelos próprios trabalhadores. Começamos a produzir, a produzir, a produzir... 30 anos a produzir. Esses, quando vieram, encontraram tudo limpo”, recorda Baptista Frisado, 54 anos.

A Hoyo Hoyo está registada em Moçambique desde 2008. Já depois de o Governo ter aprovado a exploração de 28 mil hectares nas províncias da Zambézia e de Tete, a empresa foi vendida e registada como Hoyo One nas ilhas Maurícias - conhecidas por serem um paraíso fiscal - e passou a ser controlada pela Hoyo Hoyo B. V, com sede na Holanda. Ambas integram o Grupo BXR, dos Países Baixos, detido por banqueiros com fundos ligados ao Credit Suisse e pelo milionário checo Zdeněk Bakala, de acordo com o relatório “Os usurpadores de terra do Corredor de Nacala”, da ONGD Grain.

Ainda hoje, os camponeses de Ruace conseguem descrever, ao detalhe, aquela terça-feira - dia 12 de Agosto de 2008. O dia em que, recordam, a Hoyo Hoyo entrou na sua aldeia com uma “política do açúcar” e lhes garantiu que se fossem trabalhar para a empresa, conseguiriam aumentar a produção. “Disseram que queriam fazer um campo de demonstração para fomentar a produção de soja e que seriam os nossos compradores locais”, recorda Teresa Augusto, 43 anos. “Prometeram ajudar-nos a lavrar as machambas para aumentarmos a produção e termos uma agricultura avançada. Ficámos muito satisfeitos. Foi uma festa grande. Mas já está a fazer 10 anos e nada. Nada...”, acrescenta Baptista Frisado. Os camponeses de Ruace foram reassentados no Moja, uma zona montanhosa a mais de quatro horas a pé da aldeia. Nunca mais puderam voltar a entrar no recinto onde lhes tinham sido prometidas as hortas de experimentação. Até o cemitério, onde antes velavam os seus mortos, está agora cerca-

do. “Desde 2011, nenhum de nós trouxe dali um cesto de milho. Nem pelo menos 10 quilos de soja. Em 2011, ficámos na miséria. Em 2012, ficámos na miséria. Em 2013, ficámos na miséria. Em 2014, quando voltámos a estar na miséria, decidimos alugar outra machamba”, conta Teresa Augusto. “Ficar na miséria” é trabalhar durante meses no campo e não conseguir trazer comida para casa porque a terra é árida. Os camponeses já tinham pedido muitas vezes ao Governo local para legalizar as terras onde as associações trabalhavam há quase 30 anos. A resposta era sempre a mesma: “a terra é do Estado, não se vende”. “Porque o nosso pai nos traiu?” A pergunta é retórica, mas, ainda assim, repetida até à exaustão. Como se, na resposta, pudessem encontrar uma solução. O “pai” de que falam é a Frelimo. “Há uma justificação histórica para isto. Depois da independência, num contexto em que não podíamos fugir da influência imperialista, mas não queríamos que os recursos do país fossem totalmente saqueados

pelo capital externo, formou-se uma burguesia nacional que protegesse os recursos de Moçambique. E quem é mais patriótico do que aqueles que lutaram pela libertação da pátria? A primeira onda de expropriação foi feita pelo Estado para fazer emergir este grupo de proprietários que não teve sucesso. Depois, uma boa parte destas empresas ficou obsoleta: os sistemas de financiamento não eram adequados, não havia serviços de apoio à reabilitação empresarial. A ligação com o capital estrangeiro tornou-se uma opção viável por vários motivos: são multinacionais que dominam os mercados internacionais, têm tecnologia, têm reputação, têm experiência... O grande problema é que tornar os recursos apenas disponíveis para as multinacionais significava que a burguesia capitalista oligárquica moçambicana iria perder no processo. Para que isso não acontecesse, ligou-se a penetração do capital internacional ao desenvolvimento do capital”, explica o economista Carlos Nuno Castel-Branco.

A Lei da Terra em Moçambique

Em Moçambique, o acesso à terra foi uma das grandes lutas da Luta de Libertação. Durante o regime colonial, uma pequena elite explorou quase em exclusivo os terrenos mais férteis e atirou os camponeses para os solos menos produtivos, para longe dos mercados. Com a independência, em 1975, a terra foi nacionalizada. A primeira Lei de Terras proibiu a

venda de terrenos no país e o Estado tornou-se o responsável pela sua distribuição - a terra passou a ser vista como um meio de criação de riqueza e bem-estar social. Mas os melhores talhões foram, entretanto, tomados pelo poder político e os camponeses continuaram sem lhes poder aceder. Depois de 1997, as empresas estatais deixaram de ter o monopólio das explorações agrícolas. O DUAT passou a ser gratuito e vitalício - um direito

que, em teoria, protege todas as explorações familiares e pequenas cooperativas que utilizam a terra há pelo menos 10 anos. Segundo a lei, se uma empresa nacional ou estrangeira quiser hoje ter acesso à terra em Moçambique é obrigada a consultar as comunidades locais para confirmar se essa área está livre e se a sua presença é autorizada, antes de pedir ao Governo o direito a explorá-la.



Os camponeses de Ruace recusam-se a desistir daquilo que garantem ser seu. Em Outubro de 2016, voltaram a confrontar o Posto Administrativo de Lioma, ao qual pertence Ruace, e a Hoyo Hoyo com uma carta onde pediam uma resposta às promessas que lhes foram feitas. Mais de um ano depois, continuam à espera. Quando contactados, o então chefe do Posto de Lioma, João José Nwole, e o director de investimentos agrícolas da Hoyo Hoyo, Gordon Cameron, aceitaram explicar o seu lado da história e quebrar o ciclo de silêncio que, dia após dia, corrói um pouco mais a esperança dos que só pedem que o prometido seja cumprido.

“Não têm havido conflitos. Para começar a trabalhar, a empresa precisa que lhe seja cedida área e, para isso, fazem-se consultas comunitárias. Nada tem entrado em contradição com as populações. A área explorada pela empresa é diferente da área onde as famílias produzem. As empresas vêm incrementar a própria agricultura, conseguem produzir em grandes quantidades enquanto a população produz em pequenas quantidades”, diz o responsável do Governo local, alheio às queixas dos camponeses de Ruace. Já o director de investimentos agrícolas da Hoyo Hoyo garante, por email, que os responsáveis locais da empresa estão em “estreita comunicação” com os líderes comunitários e atira a culpa para os anteriores donos: “Os portugueses, proprietários originais da Hoyo Hoyo, fizeram muitas promessas que não cumpriram ou não puderam cumprir. Quando assumimos a empresa, avaliámos esses compromissos - já que agora exploramos apenas 3000 hectares [os portugueses tinham 10 mil] - e, portanto, temos um negócio muito menor”. O responsável não comenta os solos arenosos para onde as hortas dos camponeses foram transferidas, mas garante que “todos os reassentamentos ficaram concluídos em Outubro de 2016, bem como os pagamentos de reinstalação”.

A resistência mora aqui

Há 19 anos, quando Nakarari ainda não era Nakarari, Agostinho Mcerneia pegou numa catana e desbravou o caminho que o levou ao sítio onde hoje vive com a mulher e os sete filhos. Orgulha-se de ter sido o primeiro a chegar à aldeia. De ter sido aquele que chamou os outros. Olha em volta - para as crianças que brincam debaixo da mangueira, para as mulheres sentadas num tapete de palha - e com um sorriso de glória conta como foi: “Dava medo passar aqui. Era só mato, não vivia ninguém. Como fui comandante das milícias, tinha experiência e consegui. Vi que era uma boa terra, que tinha o rio perto, água para regar...” Agostinho não sabe ao certo quantos anos tem, mas garante



serem mais de 60. É o líder da aldeia de Nakarari, uma aldeia que pertence ao distrito de Malema, na província de Nampula. Um homem recto em quem todos confiam. Era também a ele a quem o Governo da região recorria sempre que tinha algum assunto para tratar. Até ao dia em que rejeitou a oferta do Chefe do Posto Administrativo de Mutuali - 150 mil meticais em troca do direito de exploração dos 31 292 hectares que a comunidade de Nakarari explora colectivamente. Era mais dinheiro do que aquele que alguma vez teve de uma só vez, mas não pagava o que não tem preço. Como não se dobrou, foi posto à margem: o homem-ponte, por quem passava toda a informação, é agora mal-aceite pelos representantes do Governo. “Queriam deixar entrar a Agromoz, queriam deixar entrar o ProSavana...” Para Agostinho, a Agromoz e o ProSavana são duas faces de uma mesma moeda, ambos representam uma ameaça. A Agromoz é uma empresa de agricultura que explora uma extensão de 10 mil hectares em Wakua, a aldeia que faz fronteira com Nakarari e estabelece a divisão entre as províncias da Zambézia e Nampula. Resulta de uma parceria entre o grupo português Américo Amorim, a Focus 21 (gerida pela família do ex-presidente de Moçambique Armando Guebuza) e o Grupo Intelec (uma das maiores sociedades moçambicanas de investimento privado). O ProSavana foi apresentado, em 2011, pelos Governos de Moçambique, Brasil e Japão como um “programa de desenvolvimento agrícola” e previa a ocupação de 14 milhões de hectares no corredor de Nacala. Várias organizações da sociedade civil consideram que, se o programa for para a frente, representará um dos maiores ataques à agricultura camponesa em Moçambique. Até agora, têm conseguido travar o seu avanço, mas as negociações nunca cessaram e a sua implementação continua a ser uma hipótese.

Desde que chegou a Wakua, em Setembro de 2012, a Agromoz dedica-se sobretudo à produção de soja e milho. Dos 10 mil hectares que lhes foram cedidos pelo Governo para exploração, já desmatou 2500 e prevê aumentar a produção numa média de 500 a 750 hectares por ano. “A nossa ideia é expandir a área e continuar a crescer. Estamos focados em tornarmo-nos uma empresa mais eficiente, racional e optimizada”, diz o administrador da empresa, Justiniano Gomes. Confrontado com a situação dos desalojados de Wakua, Justiniano Gomes garante que a Agromoz seguiu a lei moçambicana: “Quando chegámos à zona de Wakua envolvemos, desde o início, os líderes e as autoridades locais. O processo de atribuição do DUAT é legal, tivemos dezenas de reuniões comunitárias em que explicámos o que seria o projecto da Agromoz - os aspectos positivos e negativos. Dentro dos aspectos negativos, o maior é sem dúvida o desalojamento das pessoas. Existiram um conjunto de indemnizações - valores definidos por lei - para cada bananeira, cada árvore de manga, cada casa, cada hectare de terra lavrado. Foi feito um levantamento exaustivo do número de pessoas que trabalham e mora na zona que queremos explorar. O que é que quero dizer? Que ainda temos população nos nossos hectares, só nos preocupámos em desalojar aqueles que estão na área que queremos cultivar”. Julião Antre foi um dos primeiros a pedir ajuda à comunidade de Nakarari: um terreno para capinar e outro para construir uma casa já dava para “avançar com a vida”. Chegou com a mulher, os sete filhos e a roupa que traziam no corpo. “Apontámos o terreno livre onde podiam ficar, mas não é terra boa”, garante Agostinho. “Em Wakua, tinha 37 plantas, 2,5 hectares de machamba e quatro casas. O dinheiro da indemnização foi 14 mil meticais. Era pouco. Comecei a queixar-me e disseram-me: ‘você é filho da

empresa, vai ficar aqui até morrer. Depois, fui expulso. Sem motivo, disseram só que o serviço acabou. Agora já não quero voltar, prefiro ter a minha própria machamba, plantar para comer, para vender. Ser livre.”

Da parte da Agromoz, Justiniano Gomes garante que a empresa não ficou a dever nada a ninguém e diz ter “todo o prazer” em recapitular o processo de indemnizações: “muitas vezes, as pessoas são entrevistadas, sentem-se importantes naquele momento, e depois dizem que a Agromoz lhes deve cem mil ou um milhão de dólares. Se alguém diz isso, das duas uma: ou tem más intenções, ou pode estar esquecido do processo a que foi submetido juntamente com todos os outros vizinhos”. Os camponeses desalojados de Wakua e a Agromoz põem lentes diferentes para descrever o que se tem passado nos últimos anos: uns vêem mais pobreza, outros mais progresso. Uma diferença inconciliável que se traduz, muitas vezes, em duelos silenciosos travados nos bastidores. “No dia 8 de Maio de 2016, era um domingo, os membros da União Nacional de Camponeses [UNAC] vieram de várias regiões de Moçambique para visitar os camponeses desalojados pela Agromoz. Poucos dias depois, recebemos uma notificação da polícia e fomos acusados de termos cavado uma picada na estrada que dá acesso à empresa, e de fazermos parte de um encontro entre os homens da Renamo e do MDM”, conta o Presidente da União Distrital de Camponeses de Malema. A acusação de que Manuel Massana fala é resultado de uma carta escrita pela directora de recursos humanos da Agromoz, Mana Luft, onde diz que a população foi “convidada a invadir a empresa, queimar pneus e partir para o confronto físico”.

Mas não é só a Agromoz que está atenta às movimentações dos habitantes de Nakarari. O DUAT que a comunidade explora colectivamente há quase duas décadas também chamou a atenção

do Governo: “Pediram-nos para apontar numa folha o terreno que estamos a capinar, o número de hectares, o nome do camponês, e entregar essa informação no Posto de Mutuali. Mas não se pode contar só a terra trabalhada, o mato também é nosso. Decidimos que vamos esperar alguém vir aqui explicar-nos para que quer esta informação”, conta Agostinho. O pedido para a demarcação individual das terras de Nakarari vem na sequência do programa “Terra Segura”, uma iniciativa do Governo, implementada pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, que prevê até 2019 “o registo e regulamento da ocupação de 5 milhões de parcelas feitas de acordo com as normas costumeiras”.

“O programa ‘Terra Segura’ é tão engraçado. Há um Estado que, em 30 anos, conseguiu delimitar e atribuir cerca de 100 mil DUATs em todo o país. Hoje, temos um Ministério que se propõe conceder 5 milhões de DUATs em cinco anos. Como vai fazê-lo, com que critérios? Na minha opinião, este programa é um instrumento que vai legitimar claramente a usurpação de terra, na medida em que poderá delimitar terras confinando os camponeses a terrenos marginais, improdutos e limitados; vai permitir que o Estado consiga ter uma reserva, uma espécie de banco de terras para fazer a sua própria alocação de terrenos”, critica Vicente Adriano da ADECRU.

Durante a reunião em Nakarari, Helena Victor, 56 anos, foi a primeira a levantar a voz contra a demarcação de terras: “Já viram o que aconteceu aos refugiados? Se quiserem alguma coisa, venham cá e falem connosco”. Da venda do milho, da soja e das diversas variedades de feijão que cultivam em oito hectares de terra, a família de Helena retira por ano, em média, 45 mil meticais - um valor que, dividido por 12, fica ligeiramente acima do ordenado mínimo mensal estabelecido para o sector agrícola em Moçambique (3642 meticais). “E não é só o que ganhamos, é preciso não esquecer que é dessa terra que tiramos a comida com que nos alimentamos o ano inteiro”, acrescenta.

Sobre o boato que se espalha quase em surdina - de que há empresas de agricultura de larga escala interessadas nas terras de Nakarari - Helena arregala os olhos e nega-o três vezes. Como se estivesse a enxotar um pensamento mau que lhe tenha vindo à cabeça: “A maldade que chegou a Wakua ultrapassar para aqui? Não, não, não. Para onde havemos de ir, para as montanhas? Não nos vão apanhar porque estaremos aqui, à espera, para os receber”.

**A reportagem é parte do webdocumentário publicado originalmente na revista de jornalismo de investigação Divergente. Foi realizado com o apoio do Journalismfund.eu e da Free Press Unlimited.*